

Presenças femininas nas Câmaras Municipais do ABC Paulista e seus efeitos nas políticas públicas locais

Carolina Stuchi¹

Gabriela Paula Silva Alves²

190

Resumo: Embora a discussão acerca do acesso das mulheres ao poder tenha se ampliado, ainda falta, à literatura, sobre os efeitos nas políticas públicas quando essa representação ocorre. Visando contribuir com o debate, a hipótese aqui colocada é de que o comportamento legislativo feminino se diferencia dos homens e, em consequência disto, tem efeitos sobre a produção legislativa no poder local. O artigo parte da bibliografia sobre a presença feminina no legislativo e da coleta de informações sobre as vereadoras dos sete municípios do ABC paulista, no período de 2005 até o primeiro semestre de 2019, com análise de seus perfis e leis aprovadas, além de três entrevistas com vereadoras da atual legislatura, procurando compreender como a presença de mulheres no legislativo influencia a produção de políticas públicas. Os achados confirmam o baixo percentual de mulheres e a tendência de prioridades legislativas em temas sociais, com maior produção legislativa em temas tradicionais de vereança.

Palavras-chaves: Representação política; Gênero; Políticas públicas; Legislativo; ABC Paulista.

¹ Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC). São Bernardo do Campo, SP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0518-6580>. E-mail: carolina.stuchi@ufabc.edu.br.

² Graduanda no Bacharelado de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Bolsista de Iniciação Científica no programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia (PDPD) da UFABC. São Bernardo do Campo, SP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4493-5855>. E-mail: alves.gabriela@aluno.ufabc.edu.br.

1. Introdução

O silenciamento feminino nas diferentes arenas de poder é uma problemática histórica que ainda hoje reproduz ecos. Uma vez que ter voz é essencial para ser reconhecida, a ocupação de espaços por quem foi historicamente silenciada é capaz de criar uma nova linguagem? Este artigo pretende entender os efeitos das mulheres na vereança dos sete municípios da Região do ABC Paulista, em São Paulo, com base na produção bibliográfica sobre a presença feminina no Legislativo, bem como na análise de documentos e entrevistas.

191 Apesar da ampliação dos estudos sobre a representação das mulheres na administração pública no Brasil, o debate nacional versa principalmente sobre o jogo eleitoral e o período anterior à posse dos cargos. Contudo, diante da extensa produção sobre a representação de mulheres parlamentares no cenário internacional (MANSBRIDGE, 1999, GREY, 2006, PISCOPO, 2011) e da relevância que as diferenças nas gestões femininas diante da pandemia de COVID-19 ganharam no debate contemporâneo (FUNK, 2020, PISCOPO, 2020, ABRAS; FAVA; KUWAHARA, 2021), o objetivo deste trabalho é contribuir para o alargamento das análises sobre a ocupação de espaços de poder por mulheres no cenário nacional.

O baixo número de candidatas eleitas também se faz notável na análise do poder local. Majoritariamente masculinas, as sete câmaras de vereadores do ABC Paulista³ elegeram apenas quatro vereadoras nas eleições municipais de 2016 – o que revela que houve cidades sem nenhuma mulher eleita, e ao longo do mandato de 2017 a 2020, apresentaram seis legisladoras, – em decorrência da posse de duas suplentes. Desde as eleições de 2004 até a legislatura de 2017-2020, os municípios elegeram, no total, 25 mulheres como vereadoras e empossaram 4 suplentes. Apesar disso, os movimentos de mulheres na região têm se articulado para a construção de políticas públicas desde a década de 1980, com forte atuação no tema do enfrentamento à violência contra as mulheres nas gestões municipais antes mesmo da aprovação da Lei Maria da Penha (MEZA, 2017). Portanto, ainda que não frequentemente eleitas, é possível identificar um conjunto de iniciativas para incorporação de vozes e perspectivas femininas nos municípios.

³ A Região do Grande ABC Paulista integra a Região Metropolitana do estado de São Paulo e é composta por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Na análise de mais de cinco mil municípios brasileiros, Meier e Funk (2016) apontam que a presença de mulheres nas Câmaras Municipais levou ao aumento de mulheres também em cargos administrativos superiores. Assim, este artigo parte da hipótese de que a presença de mulheres pode ter efeitos sobre os temas prioritários tratados no parlamento, em especial os temas relacionados à agenda dos movimentos de mulheres.

Para mais, argumenta-se que as tendências observadas pela atuação das mulheres no Legislativo não são necessariamente resultados de um olhar feminino, mas também podem apenas corresponder às oportunidades políticas obtidas em suas trajetórias. Entretanto, observou-se aqui que a atuação feminina municipal, na prática, vê-se muitas vezes limitada às tendências comuns ao cargo de vereança no Brasil, como a aprovação de legislações a respeito do calendário eleitoral, denominações de áreas públicas ou concessão de títulos. Ademais, enfatiza-se a observação não somente da sub-representação feminina enquanto dificuldade de aprovação de políticas públicas por mulheres, mas também como a super-representação masculina dificulta em construí-las.

192

Além da discussão introdutória e, ao final, a conclusiva, esta pesquisa se organizou em três partes: a primeira, em que se apresenta uma breve revisão teórica da literatura sobre os efeitos das mulheres no Legislativo; a segunda, em que se descreve a metodologia e a coleta de dados; e a terceira, que apresenta e analisa os resultados a respeito da representatividade feminina no ABC Paulista. Portanto, este artigo apresenta o perfil das vereadoras eleitas, a análise dos projetos de leis aprovados por elas no ABC Paulista, de 2005 ao primeiro semestre de 2019 e as entrevistas com três delas, com o propósito de entender o efeito nas políticas públicas locais da presença de mulheres vereadoras nos Legislativos locais da Região do Grande ABC Paulista, considerando a literatura a respeito da presença feminina no Legislativo.

2. Mulheres no Poder Legislativo e seus efeitos na produção de políticas públicas

O primeiro voto feminino foi requerido judicialmente no estado do Rio Grande do Norte, em 1928, por Celina Guimarães (BRASIL, 2020). No entanto,

apenas em 1932, pelo decreto nº 21.076 (BRASIL, 1932), foi instituído o sufrágio feminino. Tal decreto ganhou base constitucional em 1934, porém o voto só se tornou equiparado ao dos homens em 1965 (BRASIL, 2017). O exercício do voto e da democracia foram interrompidos por duas ditaduras, minimizando a participação das mulheres como eleitoras candidatas ou eleitas. Com a redemocratização e o estabelecimento de cotas candidaturas de mulheres desde as eleições municipais de 1996, houveram alguns avanços na legislação eleitoral, mas o cenário de ocupação feminina no Legislativo segue desigual: as mulheres constituem 15% do Congresso, do qual somente 2,36% são mulheres negras. Este percentual, como aponta Tereza Sacchet (2020), apesar de ser histórico, coloca em questão a qualidade das conquistas de participação política de mulheres no Brasil.

193 A representação feminina, muito além da contagem de eleitas, é um tema que remonta à oposição teórica entre política de ideias e política de presença (PHILLIPS, 2001), ou seja, um dilema entre priorizar o mecanismo das democracias liberais ou incluir grupos sub-representados. Anne Phillips (2001) foi quem melhor desmontou esse debate: não é sobre escolher uma forma de fazer política, mas sim de buscar um sistema mais justo que incorpore tanto ideias quanto presenças. Isso pois, segundo a autora, o fato de as mulheres não apresentarem uma pauta unificada, não exclui que determinados interesses estejam diretamente relacionados com a vivência feminina (PHILLIPS, 1995). Na observação de casos, há registros sobre a tendência de alteração de escolhas políticas conforme a identidade de gênero. Clots-Figueiras (2012), por exemplo, demonstra que as mulheres indianas eleitas trataram mais sobre Educação em comparação aos colegas homens.

Na história da democracia brasileira, a atuação das mulheres importou no processo de redemocratização. Como movimento social e no trabalho de parlamentares, elas protagonizaram a construção da nova agenda política e, dessa forma, tornaram públicos temas antes limitados à esfera privada (CARNEIRO, 2003, FARAH, 2004). O destaque se deu não somente na presença das mulheres enquanto formuladoras, mas também como o alvo das políticas, desencadeando políticas públicas para mulheres no Brasil: foram criados o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), ambos em 1983, além da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985. Iris Marion Young

(2000), ao tratar da presença feminina na política, argumenta que a representação se torna um instrumento para consolidar os objetivos das mulheres, pois, de acordo com a filósofa estadunidense, como em outros grupos minoritários, as mulheres “têm experiências semelhantes que apenas os membros de seus próprios grupos podem compreender com o mesmo imediatismo” (YOUNG, 2000, p. 142). Desse modo, a perspectiva enquanto mulher resultaria na construção de políticas públicas para mulheres, ainda que divergindo em seus interesses.

No debate sobre o fortalecimento democrático a partir da presença de mulheres legisladoras, entretanto, não há consenso. Há a defesa de que não existe relação direta entre a presença de mulheres no parlamento e a constituição de democracias, mas sim a cultura e modernização que seriam os grandes fatores de correlação entre mulheres e democracia (WELZEL; NORRIS; INGLEHART, 2002). Desse modo, o argumento seria de que a equidade acaba por garantir a democracia, não pela presença de mulheres, mas pela defesa do princípio.

194 Por outro lado, há também o registro do alto grau de correlação entre qualidade democrática e quantidade de mulheres ocupando assentos nos parlamentos, mas o porquê, por sua vez, varia em hipóteses: representação mais pluralista, tendências democráticas estimulam mulheres a se candidatar ou mulheres parlamentares contribuem para a democracia (MORAES, 2014). Na história brasileira, mesmo no que diz respeito a defesa de valores das democracias liberais, evidencia-se o protagonismo feminino:

As mulheres também estiveram presentes nas trincheiras com – e para – a democracia. Consubstanciando um espaço – progressivo – de protagonismo, foram resistência por inúmeras vezes. No curso da ditadura do Estado Novo (1937-1946); em face da ditadura civil-militar (1964-1985); pelos movimentos de anistia política (1975-1979); e durante a frente parlamentar feminina da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). (CHEHAB, 2019, p. 2)

Em relação às prioridades legislativas das mulheres, o estudo de Jennifer Piscopo (2011) reúne pesquisas comparativas em que, nos diferentes países, verificou-se a propensão em tratar de igualdade de gênero e temáticas sociais, como meio ambiente, infância e família. Entre os países citados por Piscopo (2011), e que registraram semelhante tendência entre as legisladoras, estão a Escandinávia (RAAUM, 2005), o Canadá (TRIMBLE, 1997), a Nova Zelândia (GREY, 2002), a Rússia

(SCHEVCHENKO, 2002), a Austrália (SAWER, 2004) e a Bélgica (CELIS, 2006). Ao final, os achados da autora sobre os casos do México e da Argentina correspondem às expectativas teóricas: há uma maior produção legislativa e preocupação de mulheres com o bem-estar social e os direitos humanos e há pouca redação acerca das temáticas econômicas e finanças (PISCOPO, 2011).

No Brasil, a concentração da produção na temática social também foi observada nas proposições apresentadas por mulheres, no período da legislatura de 2003 a 2006, enquanto os homens se dedicavam a temas de cunho político-legal e econômico (ANDRADE, 2013). Essa situação, muitas vezes, pode estar mais ligada à falta de oportunidade em outras áreas do que à vontade política em si (MIGUEL; FEITOSA, 2009; FERNANDEZ, 2020), pois, segundo os dados disponibilizados pelo Projeto Elites Parlamentárias Latino-americanas (2020), as mulheres se interessam tanto por direitos humanos quanto por temas considerados “duros”, mas conseguem adentrar mais facilmente naqueles que são considerados “brandos”.

195 O orçamento também é relevante no que diz respeito à implementação de políticas públicas. Nesse sentido, no Brasil, há o apontamento que a representação legislativa das mulheres influencia significativamente a alocação de despesas, pois observou-se um aumento de gastos por vereadoras brasileiras para temáticas femininas e de Educação, Saúde e Assistência Social em detrimento de outros temas (FUNK, 2018).

Destaca-se aqui também uma concordância com pesquisas que sustentam uma relação entre gênero e corrupção. O relatório da *U4 Anti-Corruption Resource Center* expõe que a presença de mais mulheres como legisladoras no Parlamento Europeu resultou na queda da corrupção (BAUHR; CHARRON; WÄNGNERUD, 2018). No entanto, o que a literatura diz sobre como as mulheres constroem, de maneira geral, democracias menos corruptas? Uma possibilidade de resposta seria que as mulheres favorecem políticas diferentes daquelas apoiadas por homens (JHA; SARANGI, 2018), rompendo com as formas tradicionais de corrupção.

Em diferente escala e contexto, analisando as lideranças locais de 400 vilarejos indianos, demonstrou-se como líderes mulheres influenciaram no melhoramento educacional e nas aspirações de jovens mulheres (BEAMAN et al., 2012). Ainda na Índia, nas preocupações políticas entre mulheres e homens membros de conselhos locais, o estudo publicado por Raghavendra Chattopadhyay

e Esther Duflo (2004) aponta que as mulheres eleitas líderes políticas pelas cotas investem mais em infraestrutura diretamente relevante para as necessidades dos grupos de seu próprio gênero, como no acesso a água e rodovias em determinadas regiões.

Em uma direção semelhante, o debate sobre representatividade substantiva feminina e o peso das associações nas carreiras das eleitas também merece destaque, pois o tipo de vínculo associativo importa em suas trajetórias políticas (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012). Contudo, de acordo com Silva (2015), apesar da associação a grupos e movimentos possibilitarem uma ponte entre ativismo social e política institucional, isso não reflete, necessariamente, em uma maior atividade no Congresso, como visto no caso das deputadas brasileiras.

196 Ainda que os textos não sejam todos convergentes, os estudos apontaram, em sua maioria, para um comportamento legislativo feminino ligado a temáticas sociais, como “Família”, “Educação” e “Assistência Social”, bem como aos interesses próprios da “Identidade de Gênero”, como a defesa da igualdade entre mulheres e homens. Contudo, a concentração nessas pautas não necessariamente são consequências de prioridades das legisladoras, mas também podem decorrer de desiguais oportunidades políticas obtidas em detrimento do gênero. Em suma, a literatura levantada não se faz conclusiva e é insuficiente para responder à hipótese formulada neste artigo. Em vista disso, o adensamento de estudos empíricos torna-se relevante para esclarecimento da questão.

3. Metodologia e coleta dos dados

A partir desses estudos e buscando avançar na compreensão dos efeitos de mulheres nos Legislativos locais, realizou-se pesquisa empírica nos sete municípios do ABC Paulista. Esta escolha se deu, em principal, pelas mudanças políticas das últimas décadas, que retratam uma movimentação nacional: o protagonismo mais à esquerda foi substituído por um espectro mais conservador, mas, mesmo com as variações nas tendências políticas, a sub-representação de mulheres se manteve constante nas diferentes épocas.

Inicialmente, foi feito o mapeamento das vereadoras do ABC Paulista das legislaturas de 2005 a 2008, 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020, utilizando as

informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelos sites das sete câmaras municipais. Traçou-se um breve perfil com base na filiação partidária e nos marcadores sociais de escolaridade, raça/etnia, deficiência e idade.

Em seguida, foi realizado o levantamento das legislações aprovadas, de autoria das vereadoras eleitas, inclusas as leis de autoria coletiva, de 2005 até julho de 2019⁴. A leis foram coletadas tanto nos sites das Câmaras Municipais de cada município quanto pelo site Leis Municipais⁵. O resultado foi uma base de 296 leis aprovadas, de autoria feminina de 23 vereadoras. Após reunir os achados, as legislações foram organizadas em doze categorias, classificadas a partir do assunto predominante da legislação ou pelas secretarias municipais associadas, foram elas: “Economia e Finanças Públicas”, “Educação”, “Emendas e Alterações”, “Eventos e Celebrações”, “Inclusão”, “Justiça e Segurança Municipal”, “Mobilidade Urbana”, “Mulher”, “Organização Municipal”, “Outros” e “Saúde”.

197 Por fim, para uma análise aprofundada do perfil, das trajetórias e dos temas prioritários das vereadoras, três das quatro eleitas em 2016 foram entrevistadas. O questionário contou com nove perguntas e se baseou em pesquisa similar realizada pelo Instituto Alziras (2018) em “Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020”, sobre perfil sociodemográfico, vida associativa, partidos políticos, disputas e vitórias eleitorais, cargos não eletivos ou de confiança exercidos, motivação para entrada na política, discriminação, compromissos de campanha, gestão e políticas públicas. Três questões mais específicas visavam obter a reflexão das parlamentares sobre a hipótese proposta pelo artigo, como também sobre as decisões atuais do TSE. Além disso, durante o processo de entrevista, um formulário de autodeclaração foi entregue para confirmar dados obtidos, como nome completo, raça/etnia, idade, estado civil, religião e se estava em primeiro mandato.

4. Resultados: perfis, legislações e vozes das vereadoras do ABC Paulista

4.1. Perfil das eleitas

De acordo com os dados do TSE, no Brasil, o número de mulheres eleitas vereadoras nas eleições municipais de 2016 foi de 13,5% e na eleição municipal

⁴ O último acesso foi realizado em 4/7/2020.

⁵ Acesso em: <https://leismunicipais.com.br/>.

anterior, em 2012, o número correspondeu a 13,3% de eleitas. O número baixo, contudo, varia conforme a região: o Sudeste, comparado ao Nordeste, demonstra resistência em eleger candidaturas femininas e constata-se uma disparidade regional no que diz respeito à eleição de mulheres (MIGUEL, 2006; ALZIRAS, 2018). Parte da Região Metropolitana de São Paulo, o ABC Paulista apresentou no resultado das eleições municipais de 2016 porcentagens de mulheres no Legislativo baixas: Santo André tem um percentual de 9,52%, São Bernardo do Campo de 3,57% e São Caetano do Sul de 5,26% de mulheres eleitas na eleição de 2016. A partir do resultado das urnas, a representação feminina nas Câmaras Municipais do ABC Paulista se limitou a 2,94%.

A seguir será exposto, por mandato, o número de cadeiras nas Câmaras Municipais ocupadas por mulheres desde as eleições de 2004. A Tabela 1 inclui as candidatas eleitas por vitória na urna nas eleições de 2004, 2008, 2012 e 2016 e estão também incluídas as suplentes eleitas ao longo do mandato, ou seja, que tomaram posse durante o andamento da legislatura. Todas as informações apresentadas em seguida têm como fonte os sites e as informações concedidas pelas sete Câmaras Municipais até o momento da pesquisa.

198

Tabela 1 – Quantidade de mulheres na vereança por legislatura nas Câmaras Municipais da Região do Grande ABC (SP) das eleições de 2004 às eleições de 2016

Município	2005-2008	2009-2012	2013-2016	2017-2020
Santo André	3	0	2	2
São Bernardo do Campo	1	1	0	1
São Caetano do Sul	1	0	2	1
Diadema	3	4	2	0
Mauá	3	0	2	0
Ribeirão Pires	1	1	3	0
Rio Grande da Serra	0	1	1	0
Total	12	7	12	4

Fonte: Formulação própria com base nos dados levantados nos sites das Câmaras Municipais dos sete municípios que compõem a Região do Grande ABCDMRR – SP.

Nas eleições de 2004, 6 municípios elegeram mulheres (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, São Caetano do Sul e Santo André) com 12 eleitas no total e a posse de uma suplente (São Bernardo do Campo). Nas eleições de 2008, o número de municípios que elegeram mulheres e o de vereadoras diminuíram: 4 municípios elegeram, juntos, 7 mulheres para vereança. Nas eleições de 2012, houve um aumento de municípios que elegeram mulheres, com 6 cidades e 12 mulheres eleitas. Porém, nas eleições de 2016 houve uma queda significativa para 4 mulheres eleitas e 3 municípios. Entretanto, na legislatura de 2017 a 2020, houve a posse de 4 suplentes, o que totaliza 8 mulheres eleitas, o menor número das últimas legislaturas.

199 No total, 39 cadeiras foram ocupadas por vereadoras, de 2004 até 2020. Contudo, considerando as reeleições, foram 29 nomes de mulheres eleitas, em que 12 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e 6 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dessa forma, os dois partidos são os que mais elegeram mulheres nesse período no ABC Paulista. Desse número, ressalta-se que a maioria das vereadoras eram brancas, com apenas 6 vereadoras eleitas autodeclaradas pretas e pardas. Já em relação aos mandatos, as legislaturas com mais mulheres são a de 2005 até 2008 e de 2013 até 2016 com 12 em ambos os mandatos. No que diz respeito à reeleição, durante as quatro legislaturas analisadas, apenas 7 vereadoras conseguiram esse feito, entre elas, apenas 1 vereadora se reelegeu mais de uma vez, com uma eleição e duas reeleições ao cargo.

Mesmo após as eleições de 2016, o quadro de representatividade feminina variou durante o mandato de 2017 a 2020. Em Santo André, uma vereadora foi afastada durante o mandato, sob acusação de corrupção e fraude, assim, durante sua ausência, um suplente homem tomou posse do cargo em seu lugar e reduziu o número de mulheres no Legislativo andreense a uma vereadora. No último ano de mandato, em 2020, a vereadora teve seu cargo restituído por decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e o número na Câmara Municipal de Santo André voltou ao número inicial de duas vereadores. Em São Bernardo do Campo, em janeiro de 2017, houve a posse de uma suplente no cargo de um vereador afastado por suspeita de corrupção. Ela era a 1ª suplente na ordem e, em dezembro do mesmo ano, foi afastada com a justificativa de impossibilitar as investigações em curso na época, por suspeita de corrupção. Na Câmara Municipal de São Caetano do Sul, três

suplentes foram eleitas em períodos diferentes do mandato. Duas delas tomaram posse no cargo por um período inferior a um mês, uma no mês de outubro de 2017, sendo 1ª suplente de um vereador que tirou licença, e outra no mês de setembro de 2019 que, por sua vez, era 5ª suplente na ordem e a primeira mulher com deficiência em ocupar uma cadeira no mandato de 2017 a 2020. Além delas, a outra suplente empossada e que esteve ao cargo em maior tempo, tomou posse em fevereiro de 2019 e saiu em 12 de março de 2020. Ela era a 4ª suplente na ordem de posse e, durante esse período, ocupou o cargo de um vereador licenciado para assumir uma secretaria do município.

200

Sendo assim, ao final de 2020, as Câmaras Municipais do ABC voltaram a apresentar a composição inicial de eleitas nas cidades de Santo André (2 vereadoras mulheres e 20 vereadores homens), de São Bernardo do Campo (1 vereadora mulher e 27 vereadores homens) e de São Caetano do Sul (1 vereadora mulher e 17 vereadores homens), os outros municípios (Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema) apresentavam Câmaras Legislativas inteiramente masculinas. Para a análise de compreensão e aprofundamento das vereadoras da legislatura de 2017 a 2020, serão consideradas apenas as legisladoras que cumpriram um tempo superior a 30 dias⁶, o que totaliza 6 parlamentares.

Das 6 mulheres que exerceram total ou parcialmente o mandato de 2017 até 2020, 2 delas pertencem ao Partido dos Trabalhadores (PT), 1 delas pertencia ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e durante o mandato mudou-se para o Podemos (PODEMOS), 1 vereadora foi eleita pelo Solidariedade (SDD) e mudou para o Partido Democratas (DEM), 1 pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e 1 pelo Partido Social Democrático (PSD). Das 6 vereadoras, 5 delas têm ensino superior completo, com pelo menos uma graduação, sendo que 3 têm especializações (nas áreas de Economia, Educação e Administração) e 1 delas é mestre e doutoranda. Apenas 1 foge à regra: apresenta ensino médio completo, de acordo com o site do TSE⁷. No mesmo mandato (2017-2020), os vereadores homens nas Câmaras Municipais possuem perfil diferente das vereadoras eleitas estudadas:

⁶ Pelo pouco tempo no cargo, inferior a 30 dias, as duas suplentes foram desconsideradas na contagem de vereadoras no ABC Paulista, por se tratar de uma substituição temporária e não de uma posse efetiva. Foram consideradas apenas as legisladoras que ocuparam o cargo por mais de um mês.

⁷ Em suas redes sociais e em seu perfil no site oficial da Câmara Municipal, a vereadora informa que tem formação graduação completa e especialização. Contudo, adota-se aqui as informações disponibilizadas do TSE.

em Santo André e São Bernardo do Campo, 40% dos homens eleitos não têm ensino superior, e em São Caetano do Sul o número é 35% de vereadores eleitos sem formação no ensino superior ou com formação incompleta, segundo informações disponíveis nos sites das Câmaras Municipais. O perfil de tempo de estudo corresponde à tendência de hiper qualificação de mulheres já antes observado (MIGUEL, 2006; ALZIRAS, 2018). Ainda conforme as informações dos sites das Câmaras Municipais, além dos diplomas, todas também tinham atuação política antes de serem eleitas: 4 vereadoras já haviam sido eleitas e 3 participaram de administrações municipais anteriores.

201 Em relação à raça/cor, das 6 vereadoras, 2 são pretas e 4 são brancas, de acordo com os dados do TSE. Todas são mulheres sem deficiência e ressalta-se que são todas cisgêneros e nenhuma é assumidamente LGBTQIA+. Também há a participação de vereadoras em movimentos sociais anteriormente ao cargo, em uma entidade religiosa, em um Ministério, em uma secretaria e em conselhos municipais, de acordo com os sites das Câmaras Municipais. Segundo o TSE, em relação à idade, as 6 estão na faixa dos 45 aos 60 anos, sendo a média da idade das vereadoras do ABC paulista de 53 anos. Sobre o estado civil, das 6 vereadoras, 5 são casadas. Das 3 entrevistadas, 2 se declararam católicas apostólicas romanas e 1 se declarou “Sem Religião” nas autodeclarações realizadas na fase de entrevista.

4.2. Categorização da legislação aprovada

Foram coletadas 296 legislações aprovadas por vereadoras do ABC Paulista entre 2005 e julho de 2019. A grande produção, 205, se dá sobre ementas, inclusão de dias, celebração de eventos, denominação de espaços públicos e entrega de homenagens. Dessas 205, 132 são legislações a respeito do calendário municipal e denominação de espaços públicos. Esse tipo de proposta legislativa é classificado aqui como “Outros” por serem de menor impacto e comuns.

Em relação ao calendário municipal, no total foram aprovadas 63 leis escritas por mulheres, sendo 52 de instituição de dias, 8 de semanas e 3 de meses, em que a maioria está inserida em temáticas socioculturais, 10 deles estão incluídos na temática da saúde, 8 se referem às mulheres, 5 dias são religiosos e 2 dizem respeito à mobilidade urbana municipal. Nota-se que todas as leis sobre religiosidade se referem à crença cristã, sobretudo protestante, como o “Dia Municipal da Igreja

Evangélica Assembleia de Deus" e "Dia Municipal dos PM's de Cristo", entre outros. Há também a observação que existem cruzamentos de temáticas, especialmente àquelas que envolvem as mulheres, em exemplo estão "Dia Municipal de Combate e Conscientização das Doenças Cardiovasculares em Mulheres", "Dia da Mulher Evangélica" e "Dia Municipal do Empreendedorismo Feminino". Assim, a maioria das leis aprovadas correspondem a um comportamento legislativo comum ao exercício dos vereadores no Brasil, posto que a criação de projetos de leis de datas comemorativas ao calendário municipal, seja por vereadores homens ou por vereadoras mulheres, aparenta ser uma postura típica dos Legislativos municipais brasileiros que aqui se repete também. Isso pois, as restrições pela Constituição Federal e por leis orgânicas no exercício da vereança desdobram-se em uma maior elaboração de matérias com conteúdo de homenagem em seus projetos de lei.

202

Contudo, outro fator que pode contribuir para esse tipo de legislação criada é o fato de a coleta ter se dado apenas sobre leis aprovadas e não sobre a produção total realizada por elas, como os projetos de leis. Pode-se cogitar que as leis de instituição de datas celebrativas específicas são uma estratégia das mulheres vereadoras para marcar posição quando não conseguem intervir mais fortemente nas políticas públicas do município. Ao ter dificuldade de aprovar suas pautas prioritárias no Legislativo municipal, é possível que a criação de dias represente uma maneira das vereadoras abrirem debates, especialmente o de gênero, uma vez que 10 dias e 3 meses instituídos pelas leis analisadas são sobre a população feminina ou relacionam-se aos direitos das mulheres.

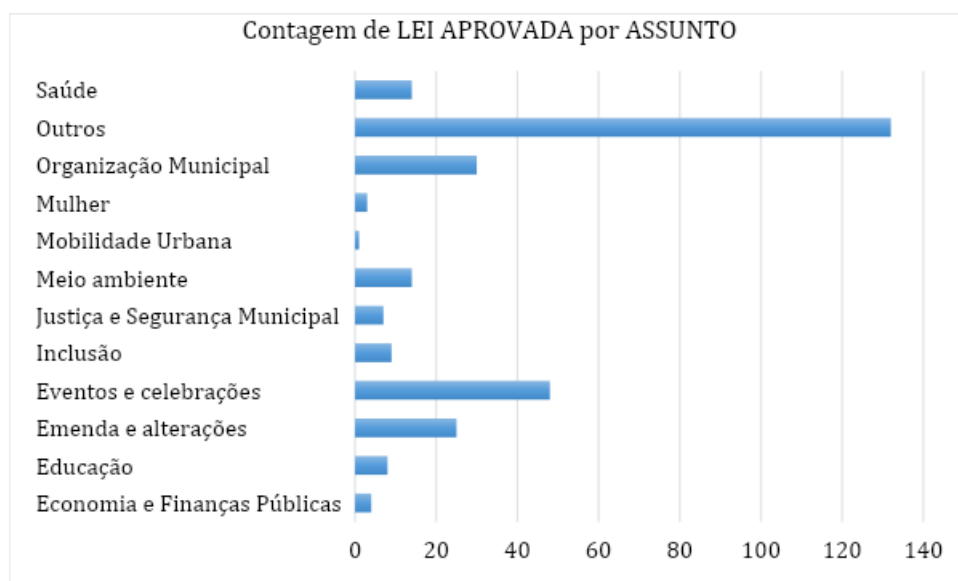
Em relação à denominação de espaços públicos, das 57 legislações, 38 eram com nomes de pessoas, sendo 30 com nomes masculinos e 8 de mulheres. No que diz respeito ao que foi aprovado, portanto, há a observação da predominância em homenagear homens mesmo que por vereadoras mulheres. Nesse mesmo sentido, há 48 legislações aprovadas na categoria "Eventos e Celebrações", em que foram concedidos 34 títulos, sendo 1 que homenageia um santuário, 19 títulos para homens e 14 títulos para mulheres.

Na categoria "Emendas e alterações" foram realizadas 25 emendas em legislações anteriores, a categoria mais recorrente foi a de "Organização Municipal" com 9 emendas a respeito. As outras emendas se referem às categorias do

calendário municipal (4), da denominação de áreas públicas, em “Outros” (3), do “Meio Ambiente” (2), da “Educação” (2) e da categoria de “Inclusão” (2).

As categorias mais recorrentes, além de “Outros”, “Emendas e Alterações” e “Eventos e Celebrações”, são “Organização Municipal” com 30 legislações, “Saúde” com 14 e “Meio ambiente” com 14. Em seguida estão: “Inclusão” com 9, e “Educação” com 8, “Justiça e Segurança Municipal” com 7, “Economia e Finanças Públicas” com 4, “Mulher” com 3, “Mobilidade Urbana” com 1, como podemos observar no gráfico a seguir.

Tabela 2 – Contagem de leis com autoria femininas aprovadas por assunto nas Câmaras Municipais da Região do Grande ABC (SP), de 2005 ao primeiro semestre de 2019.



Fonte: Formulação própria com base nos dados levantados.

Sob a denominação “Organização Municipal” foram agrupadas as legislações que dizem respeito à manutenção, administração e valorização de bens e serviços públicos, como a implementação da política antipichação, o programa “Adote um Ponto de Ônibus” ou também a legislação sobre a proibição de corte de água tratada por falta de pagamento em determinadas situações. Nessa categoria está também a criação de uma comissão e um conselho: a criação da Comissão da Verdade em um dos municípios, que apesar de temporária, se dispôs a colaborar com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), e a instituição do Conselho Municipal da Juventude. Na categoria “Saúde”, notou-se a atenção para as temáticas acerca da área da

obstetrícia, que no total são 6. Há também algumas leis categorizadas em “Organização Municipal” que abordam a temática de saúde, como por exemplo o “Programa Adote um Leito Hospitalar”. Em seguida, está a categoria “Meio ambiente”, com 13 legislações aprovadas, sendo 10 de uma mesma vereadora, em que os temas mais recorrentes são a qualidade da água e políticas de mitigação, como a instituição da “Política Municipal de Atenuação do Aquecimento Global”. Conclui-se que, depois dos temas comuns ao cargo de vereador no Brasil, as mulheres vereadoras aprovaram mais leis nos temas de “Organização Municipal”, “Saúde” e “Meio ambiente” e, ainda que em diferentes classificações, registra-se a atenção ao bem público.

204 Como é possível observar, por mais que se tente generalizá-las, as legislações muitas vezes pertencem a mais de um tema. A exemplo disso, está a categoria “Mulher” aqui criada, que diz respeito às políticas públicas tendo o alvo a população feminina, em que há apenas 3 leis aprovadas que se constituem específica e explicitamente como políticas públicas para mulheres: a concessão da titularidade da posse ou propriedade dos imóveis à mulher nos empreendimentos habitacionais patrocinados pelo Poder Público, a instituição da Campanha da Mulher Cidadã e a adoção de medidas para o atendimento da mulher como beneficiária da Política Pública de Habitação de Interesse Social. Porém, ao ampliar a observação, há 33 legislações no total que citam a palavra “mulher” ou abrangem o gênero feminino e seus respectivos temas de intersecção são: “Justiça e Segurança”, “Educação”, “Inclusão”, “Outros”, “Saúde” e “Eventos e Celebrações”.

Outra observação, nesse sentido, seria sobre o perfil das próprias autoras. A formulação das 33 legislações que citam a palavra “mulher” foi realizada por 13 autoras vereadoras, entre elas 5 pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT). No total elas são de 8 partidos diferentes, além do PT, estão o Solidariedade (SDD), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Liberal (PL), o Podemos (PODEMOS), o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Republicanos (REPUBLICANOS). Desse modo, mesmo vereadoras com perfis mais conservadores ou menos progressistas na área social, foram responsáveis por legislar sobre a questão das mulheres.

A categoria “Inclusão” foi criada para agrupar as leis de combate a diferentes tipos de exclusão por diferenças sociais, categoria que contou com nove legislações

aprovadas. Elas abrangeram os idosos, em sua maioria, mas também ensino, alimentação, questões trabalhistas, pessoas com deficiência e gênero. Há apenas 1 lei municipal que cita diretamente a questão LGBT, que trata de punição para formas de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Em seguida, está a categoria “Educação”, com 8 propostas legislativas aprovadas, em que 3 delas tratam da conscientização nas escolas (são elas, campanha para formação sobre a Lei Maria da Penha⁸, campanha de sobre a doação de órgãos e tecidos e o Programa de Educação e Prevenção de Acidentes no Trânsito), 2 apoiam ensinamentos específicos (ensino de xadrez e prática de musicalidades nos berçários), 1 trata do combate à evasão escolar, 1 estimula a realização de uma “Bienal das Artes” nas escolas municipais e outra objetiva a implementação de creches. Após esse grupo de leis está a categoria de políticas públicas sobre “Justiça e Segurança” que contou com 7 leis aprovadas, sendo a maior parte sobre assédio sexual e violência doméstica. Nos últimos lugares estão “Economia e finanças” com 4 e “Mobilidade urbana” com apenas 1, constituindo-se, assim, os temas de políticas públicas menos recorrentes nessa coleta.

205

Desse modo, a partir das legislações coletadas para a pesquisa, percebe-se a atenção à pauta social pelas vereadoras. Da mesma forma que a análise das propostas e prioridades legislativas apontaram para uma preocupação da temática social, para os bens e serviços públicos e para as “*soft politics*”, a análise demonstrou também o distanciamento de outras, como a literatura já revelava.

4.3. Vozes das vereadoras na legislatura 2017-2020

A pesquisa qualitativa realizada com três vereadoras da legislatura de 2017-2020 serviu tanto para o aprofundamento dos seus perfis em especial, como para compreender melhor as produções legislativas realizadas, inclusive as que não foram aprovadas.

Apesar do número reduzido de legislações para mulheres na base de legislação coletada, nas entrevistas, as políticas públicas de gênero foram citadas como prioridade legislativa por duas das três entrevistadas, ou seja, a pauta pode ser de fato relevante a elas, mas talvez a dificuldade esteja na aprovação.

⁸ Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006.

As categorias “Economia e Finanças Públicas” e “Educação” apresentaram também baixa recorrência. Como esperado pela literatura apresentada, a temática econômica tem uma menor incidência, apesar de “Finanças e Orçamento” ser o tema da comissão da única vereadora mulher em uma comissão permanente da Câmara Municipal, no ano de 2019. Entretanto, a produção legislativa na área da Educação parece não confirmar o que sugere a literatura: no caso do ABC Paulista, o número de leis na temática da Educação não foi alto. Mesmo assim, a “Educação” foi citada como prioridade de produção para duas das três vereadoras entrevistadas (para a pergunta *“Quais são suas prioridades no Legislativo?”*), enquanto “Economia” não foi citada como prioridade legislativa por nenhuma delas, somente como preocupação de campanha para uma das vereadoras (na resposta para a pergunta *“Pretende se candidatar novamente?”*). Observa-se, de fato, a concentração nas pautas sociais no que diz respeito às prioridades legislativas das entrevistadas, o que foi enfatizado inclusive nas respostas de todas elas, como em *“Sou social. Sou da parte social.”* (VEREADORA 3) e em *“(…) porque é um mandato popular, é um mandato que representa os movimentos populares”* (VEREADORA 1). Nesse mesmo sentido, outra vereadora entrevistada destacou seu trabalho conjunto às Promotoras Legais Populares⁹ como exemplo da luta pela agenda social, postura que se sucedeu na criação de um anexo para as mulheres vítimas de violência doméstica no Fórum da cidade, *“(…) foi uma conquista fundamental, porque dá às mulheres a segurança da aplicação da lei como ela determina, isso foi uma conquista importante do nosso mandato.”* (VEREADORA 2). Dessa forma, repete-se a hipótese de que não necessariamente alguns temas sociais estejam ausentes no trabalho das vereadoras, mas que exista uma dificuldade na aprovação de suas propostas a respeito.

À vista da colocação anterior, uma das entrevistadas afirmou que sua maior dificuldade como vereadora era justamente ter aprovação de propostas e abrir debates na Câmara, assim como conquistar credibilidade entre os parlamentares (em resposta à pergunta *“Como é ser a única vereadora mulher eleita?”*). Ao todo, as dificuldades citadas por elas correspondem a sobrecarga de trabalho doméstico¹⁰, o

⁹ As Promotoras Legais Populares (PLPs) são lideranças comunitárias que auxiliam mulheres vítimas de violação de direitos. (GELEDÉS, 2017).

¹⁰ O trabalho doméstico atribuído apenas às mulheres, como foi citado pelas entrevistadas, também é entendido na literatura como uma barreira à inclusão feminina na política: sobrecarregar mulheres ao responsabilizá-las pelas funções de cuidado da casa e da família, acarreta menor tempo livre afetando, assim, a dedicação às atividades políticas (BIROLI, 2016). Ainda, de acordo com Birolí

desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas, a realização de campanhas, a dinâmica na Câmara e aprovação de projetos. Chama atenção que a questão de credibilidade não foi igualmente citada por todas, uma delas afirmou:

O homem termina a sessão, ele pega o carrinho dele, vai tomar alguma coisa com os amigos, a mulher tem que correr pra casa, fazer jantar pros filhos, arrumar mala, então sempre as dificuldades são essas. Agora, quanto a ter o mesmo peso político é... Numa sessão... Num projeto, isso eu nunca tive dificuldade não, tá? (VEREADORA 3).

Enquanto isso as outras duas afirmaram enfrentar esse problema:

Então, a gente tem muita dificuldade de fazer debates, de encaminhar aquilo que é de interesse da população, principalmente aprovar projetos, a gente não tem maioria, a gente tem minoria na casa. Então, é bastante difícil sim. (VEREADORA 1).

207

A gente sabe que é um espaço masculino né, historicamente constituído, então, você romper com essa tradição e com essa barreira... É... Já é por si só algo muito difícil de você conseguir, a gente percebe que as mulheres de modo geral é... têm pouco envolvimento na política do ponto de vista do engajamento partidário enfim, e você escolher sair candidata, evidentemente que no meu caso foi a decisão de um coletivo e tudo mais, já é por si só algo difícil porque você tem que romper uma série de barreiras né da credibilidade por ser mulher, é... de ocupar um espaço que é masculino... Fazer campanha... Isso tudo não é um processo fácil, não é um processo tranquilo, é... exige de nós mulheres muito mais esforço e muito mais dedicação, como eu tenho uma vida dedicada à política. (VEREADORA 2).

Assim, enquanto as entrevistas nos apontam prioridades legislativas inseridas na temática social (as chamadas *soft politics*), a maior parte das legislações aprovadas nos indica uma produção tradicional do cargo de vereança no Brasil, como a categoria “Eventos e Celebrações” e a categoria “Outros”. Ainda que temas de direitos e debates sociais tenham repercutido dentro destas categorias, as instituições de dias, as denominações de espaços públicos e a concessão de títulos se caracterizam como políticas de baixo impacto. Como discutido, essa situação aparenta ser um *modus operandi* do Legislativo municipal no Brasil, independente da identidade de gênero. No caso das mulheres, formula-se a hipótese que adiciona

(2016), a situação se agrava no entrecruzamento com os marcadores de raça e classe, pois a Divisão Sexual do Trabalho não se dá igualmente a todas as mulheres.

duas motivações a esse padrão: a dificuldade em aprovar políticas públicas mais reformistas e a estratégia de inclusão de temáticas. Além disso, vale notar que as proposições acessórias, classificadas na categoria “Emendas e Alterações”, foram recorrentes, o que pode demonstrar ser uma atividade parlamentar feminina frequente.

208 Após essas três principais categorias, inicia-se uma observação a respeito de categorizações de políticas públicas de maior peso. Ainda que em diferentes partidos e legislaturas, nas trajetórias analisadas do ABC Paulista, e em diferentes contextos e épocas, como apontados na bibliografia, as vereadoras legislarem sobre propriedades e serviços públicos, como visto na categoria “Organização Municipal” de maneira mais frequente do que as outras categorias, pode apontar por uma tendência legislativa de valorização do bem público pelas vereadoras. No estudo de Chattopadhyay e Duflo (2004), houve o apontamento de que as mulheres legislam mais sobre a conservação e acessibilidade de bens públicos, especialmente os que estão ligados aos interesses femininos. No caso indiano houve a exemplificação das legislações acerca do acesso a água (CHATTOPADHYAY, DUFLO, 2004). Em paralelo a isso, no caso do ABC Paulista, a questão do acesso e qualidade da água foi citada sete vezes nas legislações estudadas. Após a categoria a respeito da valorização e funcionamento do município, estão as categorias seguintes “Saúde” e “Questão ambiental”, também incluídas na questão das temáticas sociais como predominância no trabalho de mulheres parlamentares. Do ponto de vista da revisão bibliográfica, esperava-se uma menor produção das legislações sobre políticas da categoria “Economia” e que foi aqui confirmada.

Sobre o perfil das eleitas, percebe-se uma maioria pertencentes ao PT, a explicação pode se dar pela influência histórica que o partido exerceu na região, ligado aos sindicatos, e também porque o partido apresentaria uma trajetória mais sólida na adoção de políticas de cotas (ARAÚJO, 2005). No que diz respeito às entrevistadas, duas delas afirmaram ter iniciado sua trajetória política a partir de movimentos sociais, no partido político e no sindicato, enquanto outra vereadora declarou sua aproximação da política por indicação de conhecidos e pelo parentesco, pois seu marido era político. Quando perguntadas sobre quais mulheres inspiraram a entrada na política, foram citadas: Cidinha Raiz, Dilma Rousseff, Olga Benário. Uma das vereadoras entrevistadas, no entanto, preferiu não tratar de uma

personalidade específica e declarou que são as mulheres de periferia que a inspiram. Além disso, nenhuma das entrevistadas relatou uma experiência negativa em seus partidos:

Hoje em torno de 35% das mulheres são chefes de família, então acompanha a reunião do filho na escola, leva o filho na escola, se preocupa com os cuidados, trabalha para poder sustentar a família e estar participando das atividades partidárias se torna, digamos assim, um pouco difícil, mas as mulheres têm interesse sim. E a gente tem ampliado a participação das mulheres no movimento partidário sim, acho que o meu partido é um dos partidos que têm maior democracia interna (VEREADORA 1).

É muito tranquilo né, pra nós que somos de um partido de esquerda (...) É uma obrigação, um dever fomentar a nossa candidatura de mulheres. Agora... Isso não pode acontecer só no período eleitoral né, a participação dessas lideranças, dessas mulheres precisam ser fomentadas ao longo das trajetórias de vida delas, de participação partidária. (VEREADORA 2). Eu nunca tive problema com partido, faço meu trabalho, porque assim... (O partido) dá suporte, até poderia ser mais. Mas eu acredito que se deu certo tantas vezes né, acho que... T no terceiro mandato, acho que não faz diferença. (VEREADORA 3).

209

Por fim, em duas das respostas para a pergunta central da pesquisa “*Para a senhora qual é o efeito das mulheres nas políticas públicas?*”, a experiência vivenciada pelas mulheres em sociedade e sua influência na visão política foram citadas como um diferenciador essencial dos homens. Uma das entrevistadas, contudo, entende que não há um efeito específico que diferenciam homens e mulheres na política. Mesmo assim, todas concordam que homens e mulheres vivenciam trajetórias diferentes na política, uma vez que o homem teria mais facilidade. Cabe registrar que não é demérito legislar sobre nenhum dos campos citados acima, as observações foram realizadas para fins de análise.

5. Considerações finais

Neste artigo, foram analisadas 296 legislações aprovadas com autoria feminina nas Câmaras Municipais dos sete municípios do ABC Paulista, entre 2005 e julho de 2019, e evidenciou-se a predominância das legislações ditas tradicionais ao cargo de vereança no Brasil, mas também se confirmou o interesse na produção legislativa de temática social, como apontado pela revisão bibliográfica. A partir das

informações levantadas sobre o caso e com base na literatura, buscou-se responder às duas questões principais: a primeira, sobre o que dizem os estudos dos possíveis efeitos das mulheres como legisladoras, e a segunda, sobre quais são os efeitos da presença feminina nas Câmaras Municipais do ABC Paulista na produção de políticas públicas locais.

Com relação aos efeitos das mulheres no Legislativo, enumera-se: a diminuição da corrupção, a formulação de políticas inéditas, construção de novos modelos de aspiração para meninas, o investimento em setores sociais e a atenção às questões de gênero. A focalização nos interesses femininos, entretanto, apesar de aparecer como interesse nas entrevistas, enquanto trabalho realizado, há uma discrepância: a baixa produção legislativa da temática demonstra que, na prática, a questão de gênero não foi fomentada. O porquê, como discutido, varia em hipóteses tais como a baixa vontade política após as eleições, mas também a dificuldade de aprovação de projetos, como foi indicado por duas vereadoras. Nesse sentido, o que foi visto na literatura e confirmado nas legislações coletadas corresponde à valorização do bem público, preocupação com saúde e meio ambiente.

210

Além da pesquisa bibliográfica, este artigo trouxe informações inéditas sobre a esfera local, possibilitando o entendimento sobre quem são as lideranças femininas, atuais e históricas, na região do ABC Paulista, com objetivo de compreender quais são os seus efeitos nas políticas públicas. Primeiramente, fez-se necessário entender o perfil dessa presença. Com apenas 29 vereadoras desde as eleições de 2004, a análise de perfil pode concluir que apenas 24,14% deste número foram reeleitas, o que nos permite indagar se, estando mais frequentemente em situação de primeiro mandato, o pouco domínio do jogo político pode se refletir na dificuldade de formulação e aprovação de políticas públicas. Outro aspecto está na expressão que o Partido dos Trabalhadores (PT) tem na região do ABC e, em consequência disto, grande parte das vereadoras eleitas, mas não a maioria, apresentaria um perfil de centro-esquerda e esquerda. Na história das eleições desde 2004, não há vereadoras autodeclaradas amarelas ou indígenas, um pequeno número de autodeclaradas pretas (quatro) e pardas (duas) e uma maioria branca, o que revela uma desigualdade racial intragênero. A partir da legislatura de 2017 a 2020 foi possível entender outros fatores no perfil das vereadoras eleitas, como uma possível preferência eleitoral em votar em mulheres casadas, com maior formação

educacional e na faixa de idade dos 45 aos 60 anos, uma vez que as eleitas compartilham dessas características. Nas entrevistas, as prioridades legislativas citadas foram: Mulheres, Pessoa com Deficiência, Igualdade Racial, Moradia, Educação, Saúde, Mobilidade Urbana, Terceira Idade. Assim, suas pautas prioritárias estão ligadas às temáticas sociais, consideradas “brandas”, tendência que corrobora o observado na bibliografia. Porém, no que diz respeito à aprovação, é possível observar uma maior produção legislativa limitada a dominação de espaços públicos, realização de eventos e instituição de dias, o que dificulta o paralelo entre a revisão teórica e as legislações. Ao excluir esse tipo de legislação da análise, a temática a respeito da “Organização Municipal” se destacou. Para futuras pesquisas entende-se que seria relevante incluir na base de dados os projetos de leis apresentados e não necessariamente aprovados, pois podem alterar a categorização dos temas trabalhados por vereadoras.

211 De toda maneira, a diminuta presença feminina na política do ABC paulista possibilita entender o perfil das legisladoras, mas não permite concluir o debate sobre seus efeitos. Entende-se também que se há algumas tendências de comportamento legislativo de mulheres, estas estão ligadas às suas trajetórias e, sobretudo, ao espaço que as mulheres encontram dentro das esferas de poder. As lideranças femininas dentro das câmaras municipais ainda são poucas, e sua ampliação poderá corrigir tanto falhas democráticas graves na Região Sudeste como possibilitar um melhor entendimento sobre essa representatividade.

6. Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Programa UFABC de Iniciação Científica. Agradecemos à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES) da Universidade Federal do ABC pela concessão de uma bolsa de Iniciação Científica no Programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia (PDPD).

7. Referências

ABRAS, A.; FAVA, A. C. P.; KUWAHARA, M. Y. Women Heads of State and Covid-19 Policy Responses. **Feminist Economics**, v. 27, n. 1-2, p. 380-400, mar. 2021.

ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H. H.; RIBEIRO, E. Associativismo e Representação Política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*. [online], v. 8, p. 237-263, set. 2012.

ALZIRAS, Instituto (2018). **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020**. Disponível em: <<http://prefeitas.institutoalziras.org.br>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ANDRADE, G. O. de. Presença da diferença: uma análise da atuação política de mulheres parlamentares (2003-2006). *Soc. estado*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 459-460, ago. 2013.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p.193-215, jun. 2005.

BAUHR, Monika; CHARRON, Nicholas; WÄNGNERUD, Lena (2018). **Close the political gender gap to reduce corruption**: How women's political agenda and risk aversion restricts corrupt behaviour. U4 Brief. Disponível em: <<https://www.u4.no/publications/close-the-political-gender-gap-to-reduce-corruption>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BEAMAN, L. et al. Powerful Women: Does Exposure Reduce Bias? *. *Quarterly Journal Of Economics*, [S.I.], v. 124, n. 4, p.1497-1540, nov. 2009.

212 BEAMAN, L. et al. Experiment in India Female Leadership Raises Aspirations and Educational Attainment for Girls: A Policy. *Science*, Washington, v. 335, p.582-586, jan. 2012.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Dados*, v. 59, n. 3, p. 719-754, set. 2016.

BRASIL, Câmara dos Deputados (1932). **DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932**. Coleção de Leis do Brasil - 1932, Página 222, Vol. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL, Agência Senado (2017). Senado Federal do Brasil. **Voto feminino no Brasil completa 85 anos**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/02/voto-feminino-no-brasil-completa-85-anos>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003.

CELIS, K. Substantive Representation of Women: the representation of women's interests and the impact of descriptive representation in the belgian parliament (1900-1979). *Journal Of Women, Politics & Policy*, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 85-114, 20 jul. 2006.

CHATTOPADHYAY, R.; DUFLO, E. Women as Policy Makers: Evidence from a Randomized Policy Experiment in India. **Econometrica**, [s.l.], v. 72, n. 5, p.1409-1443, set. 2004.

CHEHAB, I. M. C. V. O protagonismo das mulheres nos movimentos políticos para a redemocratização brasileira. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Belém, v. 5, n. 2, p. 1-15, jul. 2019.

CLOTS-FIGUERAS, I. Are Female Leaders Good for Education? Evidence from India. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 4, n.1, p. 212-44. jan. 2012.

DIADEMA. **Câmara Municipal** (2015). Disponível em: <http://www.cmdiadema.sp.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

DOLLAR, D.; FISMAN, R.; GATTI, R. Are women really the “fairer” sex? Corruption and women in government. **Journal Of Economic Behavior & Organization**, v. 46, n. 4, p.423-429, dez. 2001.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004.

FERNANDEZ, Michelle (2018). **A atuação das mulheres no Legislativo brasileiro**. Dados do Projeto Elites Parlamentarias Latino-Americanas, da Universidade de Salamanca. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/a-atuacao-das-mulheres-no-Legislativo-brasileiro/>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

213

GELEDÉS, Portal (2017). **O que é uma Promotora Legal Popular?**. Disponível em: <https://juntas.geledes.org.br/145/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

FUNK, K. D.; PHILIPS, A. Q. Representative Budgeting: women mayors and the composition of spending in local governments. **Political Research Quarterly**, v. 72, n. 1, p. 19-33, maio 2018.

FUNK, K. D. Local Responses to a Global Pandemic: women mayors lead the way. **Politics & Gender**, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 968-974, jul. 2020.

GREY, S. Does Size Matter? Critical Mass and New Zealand's Women MPs. **Parliamentary Affairs**, v. 55, n. 1, p. 19-29, 1 jan. 2002.

GREY, S. Do Women Represent Women? Rethinking the “Critical Mass” Debate: the substantive representation of women and pr: some reflections on the role of surrogate representation and critical mass. **Politics & Gender**, v. 4, n. 2, p. 491-530, dez. 2006.

JHA, C. K.; SARANGI, S. Women and corruption: What positions must they hold to make a difference?. **Journal Of Economic Behavior & Organization**, v. 151, p.219-233, jul. 2018.

LEISMUNICIPAIS. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

MACHADO, R. C. R.; ALMEIDA, J. T. de. Em defesa das cotas de candidatura e por que proteger juridicamente a participação política da mulher no Brasil. **Est. Eleitorais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 8-285, jan. 2020.

MAUÁ (2020). Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.camaramaua.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

MANSBRIDGE, J. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes". **The Journal of politics**, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

MEIER, K. J.; FUNK, K. D. Women and Public Administration in a Comparative Perspective. **Administration & Society**, v. 49, n. 1, p. 121-142, 27 jul. 2016.

MEZA, E. C. de C. M. **A influência das mulheres na concepção das políticas públicas de gênero: o caso do município de Santo André – SP/ Brasil**. In: Democracias en Recesión: Claves Para Pensar Sobre la Estabilidad y Evolución de Ordenes Sociales Internacionales y Regionales. Montevideo: ALACIP, p. 1-19, 2017.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p.363-385, set. 2006.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, Mar. 2009.

MORAES, T. P. B. de. et al. Mulheres, Política e Sub-Representação: um estudo sobre a correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres nos parlamentos. **Derecho y Cambio Social**, v. 11, n. 36, p.1-29, 1 abr. 2014.

PISCOPO, J. M. **Do women represent women? Gender and policy in Argentina and Mexico**. Tese (Doutorado) - Departamento de Filosofia, UC San Diego, San Diego, 2011.

PISCOPO, Jennifer M. Women Leaders and Pandemic Performance: A Spurious Correlation, **Politics & Gender**, v. 16, n. 4, p. 951-959, 2020.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence**. New York: Oxford University Press, 1995.

RAAUM, N. C. Gender equality and political representation: a nordic comparison. **West European Politics**, v. 28, n. 4, p. 872-897, set. 2005.

RIBEIRÃO PIRES. (2020). Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.camararp.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

RIO GRANDE DA SERRA (2020). Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.camarargserra.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

SACCHET, T. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; ALMEIDA, C.; HOLANDA, C. B. de.; OLIVEIRA, V. E. de. (org). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cap. 3, p. 71-108, 2020.

SANTO ANDRÉ. (2020). Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.cmsandre.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

SÃO BERNARDO DO CAMPO (2020). Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.camarasbc.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

SÃO CAETANO DO SUL. (2020). Câmara Municipal. Disponível em: <<https://www.camarascsp.gov.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

SAWER, M. **When Women Support Women: Emily's List and the Substantive Representation of Women in Australia**. In: SAWER, M.; MANON, T.; TRIMBLE, L. *Representing Women in Parliament*. Londres: Routledge, cap. 6, p. 103-118, 2006.

SHEVCHENKO, I. Who Cares about Women's Problems? Female Legislators in the 1995 and 1999 Russian State Dumas. **Europe-Asia Studies**, v. 54, n. 8, p. 1201-1222, dez. 2002.

SILVA, A. P. C. L. Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino. Maringá: UEM, 2015. 60 p. **Dissertação** (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2015.

215

SILVA, A. P. C. L. As perspectivas da representação substantiva sobre a ação parlamentar feminina no Brasil. 106 p. **Tese** (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2019.

SUPPLY, Marta (1995). **Projeto de Lei nº 783**, de 1995. Dispõe sobre o percentual mínimo de candidatas que deve constar da lista dos partidos políticos para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=678D0128503D9D685247E8AEACA390DB.proposicoesWeb2?codteor=1134751&filename=Avulso+-PL+783/1995. Acesso em: 24 nov. 2020.

SWAMY, A. et al. Gender and corruption. **Journal Of Development Economics**, v. 64, n. 1, p.25-55, fev. 2001.

TRIMBLE, L. **Feminist Politics in the Alberta Legislature, 1972–1994**. In: ARSCOTT, Jane; TRIMBLE, J. *In the Presence of Women: Representation in Canadian Governments*. Toronto: Harcourt Brace, p. 128-153, 1997.

WELZEL, C.; NORRIS, P.; INGLEHART, R. Gender Equality and Democracy. **Comparative Sociology**, v. 1, n. 3-4, p.321-345, 2002.

YOUNG, I. M. **Inclusion and democracy**. Oxford series in political theory. Oxford: Oxford University. New York: Oxford University, 2000.

Female presence in the municipal council of ABC Paulista and their effects on local public policies

Carolina Stuchi
Gabriela Paula Silva Alves

Abstract: Although the discussion about women's access to power has broadened, literature is still lacking on the effects on public policies when such representation occurs. To contribute to the debate, the hypothesis put forward is that female legislative behavior differs from men and, as a result, have effects on legislative production in local government. The article stem from the bibliography on women's participation in the legislative power and on the collection of information on councilwomen in the seven municipalities of ABC Paulista from 2005 to the first semester of 2019, with an analysis of their profiles and laws in addition to three interviews with women councilwomen in the current legislature, seeking to understand how women's presence in the legislative branch influences the production of public policies. The findings confirm the low percentage of women and the tendency of legislative priorities in social themes, with higher legislative production in traditional council's areas.

Keywords: Political representation; Gender; Public policy; Legislative; ABC Paulista.

Presencia femenina en las cámaras municipales de ABC Paulista y sus efectos en las políticas públicas locales

Carolina Stuchi
Gabriela Paula Silva Alves

Resumen: Aunque se ha ampliado el debate sobre el acceso de la mujer al poder, falta, todavía, literatura sobre los efectos en las políticas públicas cuando se sucede esa representación. A fin de contribuir al debate, la hipótesis aquí es que el comportamiento legislativo femenino difiere de los hombres y, por eso, tiene efectos en la producción de legislación en el gobierno local. El artículo parte de la bibliografía sobre la presencia femenina en el legislativo y de las informaciones sobre las concejalas de los siete municipios del ABC Paulista, en el período de 2005 hasta el primer semestre de 2019, con análisis de sus perfiles, leyes y de tres entrevistas con concejalas de la actual legislatura, tratando de entender cómo la presencia de las mujeres influye en las políticas públicas. Los resultados confirman el bajo porcentaje de mujeres y la tendencia de las prioridades legislativas en los temas sociales, con una mayor producción legislativa en los temas tradicionales de los concejales.

Palabras clave: Representación política; Género; Políticas públicas; Legislativo; ABC Paulista.